

SIDNEY GUERRA

CURSO DE
**DIREITO
INTERNACIONAL
PÚBLICO**

11ª edição
2017

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-1393-0

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CR8-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Guerra, Sidney

Curso de direito internacional público / Sidney Guerra. —
11. ed. — São Paulo : Saraiva, 2017.

1. Direito internacional público I. Título.

16-1320

CDU 341

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito internacional público 341

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial

Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência

Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Concursos Roberto Navarro
Legislação e doutrina Thais de Camargo Rodrigues

Edição Daniel Pavani Naveira

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Guilherme H. M. Salvador
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Landi
Surane Vellenich
Tatiana dos Santos Romão
Tiago Dela Rosa

Data de fechamento da edição: 20-3-2017Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602706 CAE 603525

Diagramação Markelangelo Design e Projetos Editoriais
Revisão Setsuko Araki

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva
Capa Tatiana Sicchiroli
Produção gráfica Marti Rampim
Impressão e acabamento Brasilform Editora e Ind. Gráfica

102833

Sumário

<i>Sobre o autor</i>	9
<i>Obras do autor</i>	11
<i>Prefácio</i>	33
<i>Nota à 11ª edição</i>	35
<i>Nota à 10ª edição</i>	37
<i>Nota à 9ª edição</i>	39
<i>Nota à 8ª edição</i>	41
<i>Nota à 7ª edição</i>	43
<i>Nota à 1ª edição</i>	45

PARTE I

PARTE GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO I

A SOCIEDADE INTERNACIONAL

1. Considerações gerais	49
2. Antecedentes e conceito de sociedade internacional	53
3. Características	57
3.1. Universal	57
3.2. Aberta	58
3.3. Descentralizada	59
3.4. Paritária	60
4. Os atores na Ordem Jurídica Internacional	60
4.1. O Estado	62
4.2. As organizações internacionais	62
4.3. A pessoa humana	63
4.4. As empresas transnacionais	63
4.5. A Santa Sé	65
4.6. Os beligerantes e insurgentes	67
4.7. A Cruz Vermelha	68
4.8. A Ordem de Malta	69
4.9. As organizações não governamentais	70

CAPÍTULO II

NOÇÕES PRELIMINARES

1. Gênese da norma jurídica.....	73
2. O Direito Internacional Público – conceito.....	77
3. A Norma Internacional.....	81
4. Fundamento do Direito Internacional.....	83
5. Relações entre o Direito Interno e o Direito Internacional.....	87
5.1. Dualismo.....	88
5.2. Monismo.....	90
5.2.1. Monismo com primazia do Direito Interno.....	90
5.2.2. Monismo com primazia do Direito Internacional.....	91

CAPÍTULO III

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Considerações gerais.....	93
2. A Previsão das Fontes do DIP.....	94
3. Tratados.....	95
3.1. Considerações gerais.....	95
3.2. Conceito e características.....	96
a) Acordo internacional entre Estados.....	96
b) Celebrado por escrito.....	96
c) Regido pelo Direito Internacional.....	97
d) Qualquer que seja sua denominação.....	97
e) Conste de um instrumento único ou em dois ou mais instrumentos conexos.....	98
3.3. Condições de validade para os tratados internacionais.....	98
a) Capacidade das partes.....	99
b) Habilitação dos agentes signatários.....	99
c) Objeto lícito e possível.....	100
d) Consentimento mútuo.....	101
3.4. Classificação.....	102
3.4.1. Classificação subjetiva.....	102
3.4.2. Classificação material.....	103
3.4.3. Classificação formal.....	104
3.5. Fundamento e efeitos.....	104
3.6. Forma.....	104
3.6.1. Fases da elaboração dos tratados.....	105
a) Negociação.....	105
b) Redação do texto.....	106

c) Assinatura do texto	108
d) Ratificação	109
e) Promulgação	111
f) Publicação	112
g) Registro	112
3.7. Aplicação dos tratados com normas contraditórias	112
3.8. Fim dos tratados	113
4. O costume internacional	116
5. Princípios gerais do Direito	121
5.1. Noções gerais	121
5.2. Os princípios no Direito Internacional Público.....	123
6. Doutrina, jurisprudência e equidade (elementos auxiliares).....	126
7. Ato unilateral	129
8. As resoluções das organizações internacionais	131

PARTE II

O ESTADO COMO SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO IV

O ESTADO NA ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL

1. Conceito.....	137
2. Elementos constitutivos do Estado	139
3. Classificação dos Estados.....	143
3.1. Estados simples.....	144
3.2. Estados compostos	145
3.2.1. Estados compostos por coordenação	145
a) Federação de Estados.....	145
b) Confederação de Estados.....	147
c) União de Estados	147
3.2.2. Estados compostos por subordinação	148
a) Estado vassalo.....	148
b) Protetorado	148
c) Estados exíguos	149
d) Estados clientes.....	149
e) Estados satélites.....	149
f) A <i>Commonwealth</i>	150
4. Nascimento do Estado.....	150
5. Reconhecimento de Estado e Governo.....	151
6. Sucessão e extinção de Estados.....	156

a) Bens do Estado	159
b) Legislação e tratados	160
c) Nacionalidade	162
7. Direitos dos Estados	162
7.1. Direito à igualdade	165
7.2. Direito ao respeito mútuo	166
7.3. Direito à conservação e proteção	166
7.4. Direito ao comércio internacional	167
8. Deveres dos Estados	168
8.1. A não indiferença	170
8.2. A não intervenção	173
8.2.1. As doutrinas Monroe e Drago	176
9. Restrições aos Direitos dos Estados	177
9.1. Imunidade de jurisdição	177
9.2. Servidão	178
9.3. Arrendamento do Território	179
9.4. Neutralidade permanente	180
9.5. Neutralidade de Território	180
10. Responsabilidade dos Estados	181
10.1. Noções gerais	181
10.2. Responsabilidade subjetiva e objetiva	183
10.3. Atos do Executivo, Legislativo e Judiciário	184
a) Atos do Executivo	185
b) Atos do Legislativo	186
c) Atos do Judiciário	186

CAPÍTULO V

AGENTES DIPLOMÁTICOS E AGENTES CONSULARES

1. Noções gerais	189
2. Os agentes diplomáticos	193
a) A inviolabilidade diplomática	196
b) Imunidade de jurisdição	197
c) Isenção de impostos	198
3. Os agentes consulares	199

CAPÍTULO VI

ESPAÇOS SOB A SOBERANIA DOS ESTADOS E ESPAÇOS INTERNACIONAIS COMUNS

1. Considerações gerais	205
-------------------------------	-----

2. Domínio terrestre	206
3. Domínio fluvial e lacustre	208
4. Domínio aéreo	211
4.1. A Regulamentação do Espaço Aéreo no Direito Internacional	211
5. Domínio marítimo	216
5.1. Mar territorial	218
5.2. Zona contígua	222
5.3. Zona econômica exclusiva	223
5.4. Plataforma continental	224
5.5. Fundo marinho	227
5.6. Alto-mar	229
6. Regiões polares	233
6.1. A Antártica	233
6.2. O Ártico	237
7. O desafio brasileiro: a Amazônia Azul	239

PARTE III
AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

CAPÍTULO VII
TEORIA GERAL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Antecedentes	245
2. Conceito e características	255
2.1. Associação voluntária de sujeitos do Direito Internacional	257
2.2. Ato institutivo internacional	258
2.3. Personalidade internacional	260
2.4. Ordenamento jurídico e órgãos próprios	261
3. Os atos praticados pelas Organizações Internacionais	261
3.1. A possibilidade de celebrar tratados	262
3.2. Imunidades e privilégios	263
3.3. O direito de legação	266
3.4. Possibilidade de demandar reclamações internacionais	266
4. Classificação	268
4.1. Quanto às finalidades	269
4.2. Quanto à extensão	269
4.3. Quanto à duração	271
4.4. Quanto à admissão	271
5. Direitos e financiamento	272
6. Sucessão das organizações internacionais	275

CAPÍTULO VIII
A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

1. Antecedentes: a Liga das Nações.....	277
2. A criação da Organização das Nações Unidas e seus objetivos	286
3. Os Membros.....	292
4. Os Órgãos da ONU	294
4.1. Assembleia Geral.....	295
4.2. Conselho de Segurança	297
4.3. Secretaria-Geral.....	300
4.4. Corte Internacional de Justiça	303
4.5. Conselho Econômico e Social.....	306

CAPÍTULO IX
ORGANISMOS ESPECIALIZADOS DA ONU

1. Considerações gerais	309
2. A Organização Internacional do Trabalho	311
3. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	315
4. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura	317
5. A Organização Mundial da Saúde.....	319
6. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional	321
6.1. O Banco Mundial	321
6.1.1. O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	323
6.2. O Fundo Monetário Internacional.....	323
7. Organização da Aviação Civil Internacional	325
8. A União Postal Universal e a União Internacional de Telecomunicações	326
8.1. A União Postal Universal (UPU).....	326
8.2. A União Internacional de Telecomunicações.....	327
9. Organização Meteorológica Mundial.....	330
10. Agência Internacional de Energia Atômica.....	332
11. Organização Mundial do Turismo.....	335
12. Organização Mundial do Comércio	338

CAPÍTULO X
A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

1. Considerações gerais	347
2. Princípios da OEA.....	354
3. Membros.....	356

4. Direitos e deveres	357
5. A estrutura orgânica da OEA	358
5.1. Assembleia Geral.....	358
5.2. Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores.....	359
5.3. Conselhos (Conselho Permanente e Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral)	360
5.3.1. Conselho Permanente	360
5.3.2. Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral.....	361
5.4. Comissão Jurídica Interamericana	362
5.5. Comissão Interamericana de Direitos Humanos	362
5.6. Secretaria-Geral.....	362
5.7. Conferências Especializadas	363
5.8. Organismos Especializados.....	363
5.8.1. Organização Pan-Americana da Saúde	363
5.8.2. Instituto Interamericano da Criança	364
5.8.3. Comissão Interamericana de Mulheres	364
5.8.4. Instituto Pan-Americano de Geografia e História.....	364
5.8.5. Instituto Indigenista Interamericano	364
5.8.6. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.....	365

CAPÍTULO XI

INTEGRAÇÃO REGIONAL E MERCOSUL

1. As fases de integração regional.....	367
2. Breve notícia histórica do processo de integração regional na América Latina	372
3. O Mercosul.....	376
4. A cooperação judiciária do Mercosul	382
5. O Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa (Protocolo de Las Leñas – Mercosul/ CMC/Dec. n. 05/92)	383

PARTE IV

O INDIVÍDUO NO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO XII

NACIONALIDADE

1. Noções gerais	393
2. Critérios atributivos da nacionalidade	396
a) <i>Jus Soli</i> (direito do solo).....	396

b) <i>Jus Sanguinis</i> (direito do sangue).....	397
c) Sistema Misto	398
3. Formas de aquisição da nacionalidade.....	398
4. Perda da nacionalidade.....	400
5. Polipátrida e apátrida	402
6. Efeitos da naturalização	404

CAPÍTULO XIII SITUAÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO

1. Admissão de estrangeiros.....	407
2. Expulsão de estrangeiros	409
3. Extradicação	413

CAPÍTULO XIV O DIREITO DE ASILO

1. Noções gerais	427
2. Natureza jurídica do asilo.....	428
3. O asilo territorial	430
4. O asilo político.....	432
5. O direito de asilo: considerações finais	436

CAPÍTULO XV O REFÚGIO À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	441
2. Breves antecedentes.....	443
3. O conceito de refugiado à luz do direito internacional.....	445
4. A situação atual no mundo, em conformidade com relatório produzido pelo ACNUR.....	447
4.1. Crianças são a metade	448
5. Considerações finais.....	450

PARTE V CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

CAPÍTULO XVI MODOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NO DIP

1. Considerações gerais	455
-------------------------------	-----

2. Meios diplomáticos	457
2.1. Negociação.....	457
2.2. Congressos e conferências	458
2.3. Bons ofícios.....	459
2.4. Mediação	459
2.5. Conciliação	461
3. Meios jurídicos.....	462
4. Meios políticos	466
5. Meios coercitivos.....	467
5.1. Retorsão.....	468
5.2. Represálias	468
5.3. Embargo	468
5.4. Boicote	468
5.5. Rompimento das relações diplomáticas	469

CAPÍTULO XVII

A GUERRA NO DIREITO INTERNACIONAL

1. Considerações gerais	471
2. Conceito de Guerra Justa x Guerra Santa.....	473
3. Conceito de guerra defensiva x guerra ofensiva	477
4. A guerra no século XX: algumas impressões	479
5. Conceito de <i>jus contra bellum</i>	482
6. O uso da força e a legítima defesa	484
7. O sistema de segurança coletiva	487

CAPÍTULO XVIII

O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

1. Considerações gerais	489
2. Antecedentes históricos	490
3. Autonomia do Direito Internacional Humanitário	492
4. Guerra ou conflito armado?.....	494
5. A intervenção humanitária	497
6. Direito de Haia	502
7. Direito de Genebra	503
8. Direito de Nova Iorque.....	504

PARTE VI
TEMAS ATUAIS DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO XIX
GLOBALIZAÇÃO

1. Breve notícia histórica	509
2. Conceito.....	514
3. Efeitos provenientes da globalização.....	518
4. Forças poderosas que impulsionam a globalização	523
5. O impacto da globalização sobre os direitos sociais	526

CAPÍTULO XX
A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA

1. Antecedentes históricos	529
2. A pessoa humana como sujeito de Direito Internacional	538
3. Os direitos humanos no plano universal.....	547
4. Os direitos humanos e o Tribunal Penal Internacional	559
5. A onda geracional dos direitos humanos	570

CAPÍTULO XXI
OS DIREITOS HUMANOS NO PLANO REGIONAL

1. Considerações gerais	579
2. O Sistema europeu	581
3. O Sistema americano.....	588
4. O Sistema africano.....	605

CAPÍTULO XXII
A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

1. Considerações gerais	611
2. Conceito de meio ambiente	612
3. A ideia de justiça ambiental.....	616
4. Breves antecedentes na formação do Direito Internacional Ambiental.....	620
5. Alguns temas contemplados pelo Direito Internacional Ambiental	624
5.1. Atmosfera e clima.....	626
5.2. Rios transfronteiriços, lagos e bacias.....	627
5.3. Os mares e oceanos	628
5.4. A fauna e a flora	629

6. Alguns marcos importantes para o Direito Internacional Ambiental.....	631
6.1. A Conferência de Estocolmo, de 1972.....	631
6.2. A Conferência do Rio de Janeiro, de 1992.....	635
6.3. A Conferência de Joanesburgo, de 2002.....	642
6.4. A Conferência do Rio de Janeiro, de 2012.....	645
7. Comércio Internacional e meio ambiente.....	647
8. O “refugiado” ambiental.....	653
9. O Tribunal Internacional do Meio Ambiente: uma grande necessidade.....	658

CAPÍTULO XXIII

OS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA

1. Considerações gerais.....	663
2. As correntes doutrinárias sobre os tratados internacionais de direitos humanos...	665
2.1. Natureza supraconstitucional.....	665
2.2. Natureza constitucional.....	670
2.3. Natureza de lei ordinária.....	675
2.4. Natureza supralegal.....	680
3. A valorização dos direitos humanos no Brasil.....	683
4. Direitos formais e materialmente fundamentais e a abertura material dos direitos fundamentais na ordem constitucional brasileira.....	686
5. Dimensões procedimentais relativas à internalização no ordenamento jurídico brasileiro dos tratados internacionais sobre direitos humanos.....	695
6. Considerações finais.....	700
<i>Referências</i>	713